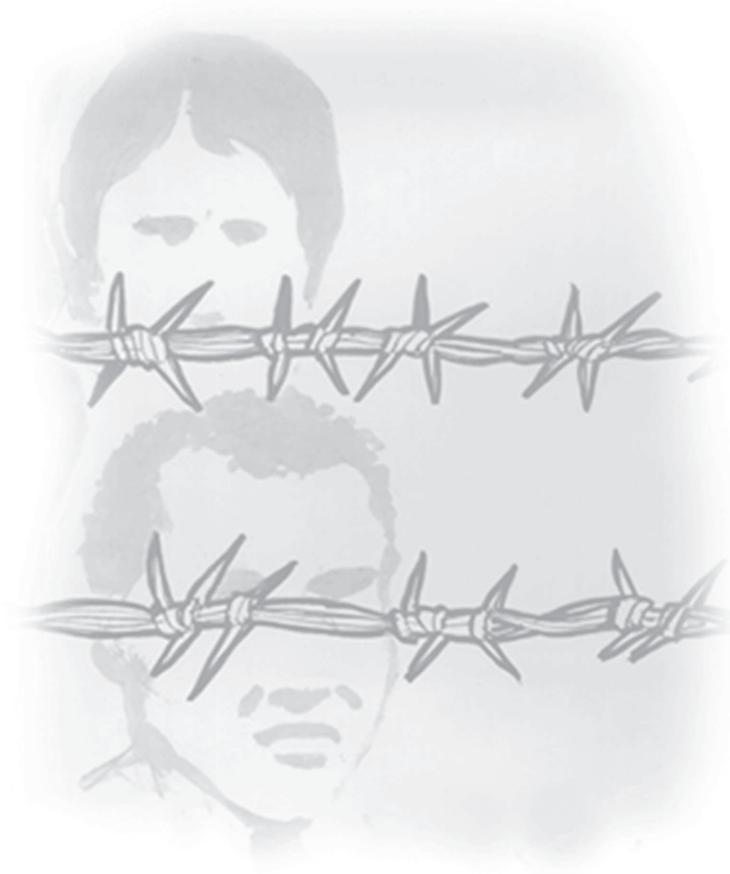


*Direitos Humanos e
Terrorismo de Estado:
a experiência brasileira*



DIREITOS HUMANOS E TERRORISMO DE ESTADO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

RESUMO

Analisando algumas dimensões da luta armada, o artigo distingue o terrorismo de Estado da violência legítima. Nesse sentido, são utilizados dados da coleção Brasil: Nunca Mais. A juventude dos militantes e a crueldade dos porões da ditadura são algumas das dimensões enfatizadas. A prática da tortura e a certeza da impunidade constituem a diferença essencial entre os militantes da luta armada e o aparelho repressivo clandestino, baluarte do terrorismo de Estado e do medo em que foi mantida a sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos humanos. Luta armada. Terrorismo de Estado. Ditadura militar brasileira.

Maria Lygia Quartim de Moraes¹

DIREITOS HUMANOS E
TERRORISMO DE ESTADO: A
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA²

Não devemos esquecer que Auschwitz não foi liquidado de modo algum por ter sido Auschwitz e sim porque a roda da fortuna da guerra mudou: e, desde Auschwitz, não aconteceu nada que pudéssemos interpretar como uma refutação dele.

(Imre Kertész.³)

Auschwitz constitui [...] nesta perspectiva, o momento de uma débâcle histórica, a experiência traumática onde o impossível introduziu-se pela força no real. [...] A definição da política segundo Goebbels – ‘a arte de tornar possível aquilo que parecia impossível’ – assume aqui seu sentido pleno. Ela define um experimento biopolítico sobre os operadores do ser, que transforma e desarticula o sujeito até o ponto limite [...].

(Giorgio Agamben.⁴)

O TESTEMUNHO

Poder testemunhar sobre os horrores inimagináveis dos campos de concentração foi um dos objetivos reiteradamente

¹ Maria Lygia Quartim de Moraes é professora titular no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP/Departamento de Sociologia e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. maria_quartim@uol.com.br

² Este artigo é resultado de pesquisas que a autora vem desenvolvendo desde 1996, contando sempre com o apoio do CNPq.

³ KERTÉSZ, I. *Eu, um outro*. Tradução de Sandra Nagy. São Paulo: Planeta, 2007. p. 95.

⁴ AGAMBEN, G. *Ce qui reste d'Auschwitz*. Editions Payto&Rivages, 2003. p. 161.

apontado pelos sobreviventes. Outros disseram que se tratava do desejo de viver, a qualquer preço; outros se sentiam animados pelo desejo de vingança. Primo Levi, um dos primeiros a testemunhar, comenta que muitos dos seus amigos jamais falaram, enquanto que ele falou muito, sem parar. Agamben, por sua vez, afirma que Primo Levi é a testemunha por excelência, inspiração de muitos outros testemunhos como o de Jorge Semprun, que só conseguiu testemunhar duas décadas depois de sua libertação pois, para o jovem que era, o relembrar era igual a morrer, a permanecer no campo de extermínio. Essa impossibilidade constitui um dos maiores problemas do registro histórico: não são somente os torturadores que querem apagar o passado para escapar do julgamento público. As vítimas também se calam, pelo extremo sofrimento provocado pelo ato do testemunhar. A tortura causa um dano irreparável e é por isso que as políticas de reparação não logram, de fato, a apagar o passado e possibilitar um novo começo.

A experiência concentracionária foi estudada e analisada de diversos prismas e enfoques disciplinares; o anti-semitismo nazista dissecado a partir de várias perspectivas analíticas e uma profusão de obras e memórias foram escritas. Em todas elas, aparece uma das conseqüências mais cruéis do tratamento infringido nos campos de concentração: a negação da humanidade às vítimas, submetidas às mais degradadas condições de (não) existência. Segundo o escritor Richard Gott, pode-se indicar o general norte-americano Weyler como o idealizador do primeiro campo de concentração, criado em 1886-1887 como forma de controlar a rebelião dos cubanos contra a Espanha. Para evitar qualquer apoio da população aos militantes, seu plano foi fazer *com que toda a população de cidades e povoados em área militares fosse 'concentrada' em campos bem defendidos, privando os rebeldes de sua base e de seu apoio naturais.*⁵ Evidentemente que o deslocamento artificial provocou o amontoamento de pessoas, péssimas condições sanitárias e fome, pois os "concentrados" dependiam do abastecimento externo.⁶

⁵ GOTT, R. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. p. 113.

⁶ Um século depois, por uma trágica coincidência histórica, situa-se em Cuba o campo de concentração de Guantámano, administrado pelos norte-americanos.

Em obra pioneira, o psicanalista Bruno Bettelheim trata do tema dos danos psicológicos sofridos pelos prisioneiros nos campos de concentração, que ele mesmo conhecera de perto em Dachau e Buchenwald nos anos 1938-1939. Uma das observações importantes que faz é de como situações extremas levam a mudanças de personalidade, dependendo da intensidade e do grau de violência sofridos. Assim, para a maior parte dos prisioneiros, o primeiro choque ocorre ao serem presos. Essa primeira experiência traumática causa grande angústia e sofrimento, mas é ainda equacionável. Já a “iniciação” ao campo, que se realizava ao longo dos quatro ou cinco dias de viagem em pé em trens de carga, amontoados, constituía uma violência tão desproporcional que os afetava definitivamente.

Muitos prisioneiros transformavam-se em morto-vivos, fantasmas desnutridos, aparentemente vazios de identidade, reduzidos à “vida nua”. Bettelheim é o primeiro a observar esse fenômeno de aniquilação subjetiva, concluindo que prisioneiros “muçulmanos”⁷ e crianças autistas vivem, cada qual à sua maneira, uma experiência análoga de realidade. Aquilo que para o prisioneiro era a realidade externa é para a criança autista sua realidade interna.⁸ Em outras palavras, as crianças autistas vivem imersas na sua própria realidade interna, alheias à realidade ao seu redor, enquanto que os prisioneiros *muçulmanos não prestavam mais atenção às relações reais de causa e efeito e as substituíam por idéias delirantes*. Outra observação importante concerne ao peso da militância política e da força ideológica dos grupos que melhor enfrentaram as agruras dos *lager*.⁹ Bruno Bettelheim reconhece a importância de cada personalidade individual ao mesmo tempo em que afirma ser possível analisar as reações dos prisioneiros *em base em sua classe socioeconômica e sua sofisticação política*.¹⁰ Outro fator essencial era a experiência anterior e o fato de ser criminoso ou preso político. A conclusão a que chega — semelhante à de

⁷ Agamben faz um estudo etimológico e histórico do uso da expressão “muçulmanos” para designar esses prisioneiros no capítulo dois do livro *Quel che resta di Auschwitz*, 2003.

⁸ BETTELHEIM, B. *A fortaleza vazia*. São Paulo: M. Fontes, 1987 apud AGAMBEN, 2003, p. 48.

⁹ *Lager: campo de concentração*, Cf. LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 1.

¹⁰ _____. *O coração informado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Jorge Semprun em Buchenwald — é que comunistas e testemunhas de Jeová constituíam os dois grupos mais resistentes. O primeiro, por suas convicções políticas e pela experiência de perseguição política; o segundo, por sua fé, pela qual se recusavam a servir no exército.

Primo Levi recorda o cinismo dos Schutzstaffel (SS)¹¹ nos campos de concentração quando estes disseram aos presos que, qualquer que fosse o resultado da guerra, o mundo nunca saberia o que tinha se passado, pois todos os traços e, principalmente, todas as testemunhas, teriam desaparecido: *Destruiremos as provas junto com vocês [...] Nós é que ditaremos a história dos lager*".¹² Mas os nazistas perderam a guerra e os sobreviventes não esqueceriam nunca o cotidiano dantesco; o trabalho infundável, a fome, o cansaço, os maus tratos permanentes, agravados pela fumaça humana, suas cinzas e seu odor. A experiência é tão extremamente traumática que tem de ser reprimida, negada. Não há como contá-la, pois implicaria em reviver uma experiência mortífera. Assim, Jorge Semprun explica porque demorou tantos anos para escrever sua experiência e porque jamais retornou em Buchenwald, a partir de um dia de abril de 1945, quando o campo foi liberado por soldados americanos:

*As razões dessa recusa são claras e precisas, fáceis de determinar. Em primeiro lugar, durante um longo período, elas decorrem de minha decisão de esquecer esta experiência mortífera, para conseguir sobreviver. No outono de 1945, com vinte e dois anos, comecei a elaborar literariamente esta experiência: esta memória da morte. Mas isso se tornou impossível. Entendam-me: não era impossível escrever, mas seria impossível sobreviver à escrita. A única solução possível para a aventura de testemunhar seria a minha própria morte.*¹³

Para outros, no entanto, a palavra foi o instrumento da sobrevivência e de resistência, como no caso da etnóloga francesa Germaine Tillion¹⁴, pesquisadora da *Maison de l'Homme* em Paris e

¹¹ Grupo paramilitar criado por Hitler em 1925 e que desempenhou papel preponderante nos campos de concentração.

¹² LEVI, 1988, p. 1.

¹³ SEMPRUN, J. *Mal et modernité*. Paris: Editions Climats, 1995. p. 92-93.

¹⁴ Germaine Tillion morreu centenária em Paris, no dia 19 de abril de 2008. Em sua homenagem foi organizada uma exposição — de 30 de maio, data

militante da resistência ao nazismo. Presa e enviada ao campo de Ravensbrück¹⁵, ela organizou atividades culturais e escreveu uma ópera cômica sobre a terrível rotina do campo. *Le Verfügghas aux Enfers. Une opérettte à Ravensbrück*,¹⁶ além de ser um dos poucos textos escritos dentro dos campos de concentração, é também um texto escrito por uma mulher. Segundo Todorov,

*convencida que a lucidez é uma arma contra a barbárie, e afetada profundamente pelos sofrimentos que a cercam, ela ajuda suas companheiras oferecendo-lhes esse quadro — ao mesmo tempo preciso e distanciado — de sua existência, permitindo-lhes enxergá-la de fora e melhor compreender suas razões e conseqüências, ao invés de simplesmente lamentá-la.*¹⁷

Logo após sua libertação, Germaine empenha-se em uma ampla e corajosa análise dos diversos mecanismos de poder e subpoderes que circulavam no campo. É a primeira a falar da “zona cinza”¹⁸, criada por um sistema de recompensas nazistas que garantia a alguns a sobrevivência, e a outros alguns meses de vida. Germaine mostra também como o campo foi lugar de uma extraordinária solidariedade, um espaço da resistência, do humor e das sabotagens. A primeira edição de *Ravensbrück* data de 1946 e contém principalmente relatos e observações da(o)s prisioneira(o)s; o segundo *Ravensbrück*, publicado em 1972, confronta as observações das prisioneiras às declarações dos nazistas, especialmente os dois comandantes desse campo de concentração e, finalmente, o terceiro, editado em 1988, inclui uma vasta documentação dos arquivos da Segunda Guerra. Por ocasião da guerra de libertação da Argélia, Germaine militou contra os

de seu nascimento a 8 de setembro de 2008 —, no Musée de l’Homme, em Paris

¹⁵ Esse era um campo de concentração para mulheres, cerca de metade das quais presas por razões políticas usavam o triângulo vermelho, que as distinguia das judias (triângulo amarelo) e das presas comuns. Cerca de sete mil prisioneiras passaram por Ravensbrück.

¹⁶ TILLION, G. *Le Verfügghas aux Enfers. Une opérettte à Ravensbrück*. Paris: Éditions de La Martinière, 2005.

¹⁷ BROMBERGER, C.; TODOROV, T. *Germaine Tilion: une ethnologue das le siècle*. Aix-en Provence: Actes Sud, 2002. p. 30.

¹⁸ *Zone grise*.

atentados da direita em Paris e contra a tortura empregada pelas tropas francesas de ocupação. Segundo Todorov, *a presença da violência nos comportamentos humanos sempre foi um dos principais motores por trás das interrogações desta antiga resistente e deportada*.¹⁹

EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS

Apesar de todas as enormes diferenças existentes entre os campos nazistas e os locais de tortura e sistemas prisionais das ditaduras militares, e da impossibilidade de comparações entre momentos históricos muito diferentes, não resta dúvida de que também entre os prisioneiros políticos latino-americanos é possível estabelecer algumas tipologias de resistência à violência. A generalização da tortura em presos e suspeitos, o desaparecimento de oponentes políticos, os presídios políticos e os tribunais militares dominaram a América Latina no período das ditaduras militares. Especialmente no Cone Sul, que conheci de perto e que constitui o foco de minhas pesquisas. Como você sobreviveu à tortura? No que você pensava para conseguir agüentar? Em Santiago do Chile, essa era a pergunta recorrente que fazia a meus hóspedes brasileiros, ex-prisioneiros políticos, resgatados nos últimos dos seqüestros políticos, e recebidos pelo governo de Salvador Allende. Um deles, extremamente jovem, respondeu que pensava nas pessoas de que ele gostava e, pela primeira vez, ouvi de viva voz a narração do embate entre duas vontades: o torturador (no masculino, pois essa é outra dimensão de gênero importante) e sua vítima. Pois, depende do torturador, que tem poder de vida e morte, o ritmo e a intensidade dos interrogatórios. O que está em jogo não são apenas as informações a serem obtidas. A tortura é uma prática disciplinar dentro do terrorismo de Estado.

¹⁹ *La presence de la violence dans les comportements humains a toujours voulu comprendre et expliquer la violence (...)*, Cf. BROMBERGER; TODOROV, 2002, loc. cit. Paradoxalmente, é nesta fraqueza congênita do gênero humano, na incapacidade do homenzinho em sobreviver sem a ajuda dos adultos — uma ajuda que não será jamais recompensada — que se originam nossas melhores qualidades: o amor e a generosidade.

Certamente, o uso da violência física e da tortura contra presos políticos não era novidade na história do Brasil. Basta lembrar os sofrimentos impostos ao comunista Luis Carlos Prestes pela ditadura do Estado Novo, o que levou o advogado Lins e Silva a apelar para os direitos dos animais como base de sua defesa. No entanto, para a geração dos anos 1960, a polícia civil não chegava a ser temida, pois os delegados e outros policiais eram identificáveis e lotados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A clandestinidade do sistema repressivo é que introduziu os seqüestros de militantes e criou os espaços concentracionários nas ditaduras militares, instaurando-se o “Terrorismo de Estado”. Dado o *modus operandi* da repressão político-militar, o tempo de permanência nas dependências clandestinas e semiclandestinas era relativamente curto. O tempo se contava em dias e semanas. Em alguns casos, a sentença de morte já tinha sido dada anteriormente, como era o caso daqueles que retornavam clandestinos de Cuba após terem realizado treinamento militar. Também os presos em ação e a maior parte dos participantes da chamada “Guerrilha da Araguaia” foram assassinados. E quem eram esses jovens?

O BRASIL NOS ANOS 1960

Nosso foco de interesse reside exatamente naquilo que Imanuel Wallenstein²⁰ define como um novo tipo de movimento social, surgido nos anos 1960/1970: os movimentos da Nova Esquerda, incluindo feministas, verdes e “minorias” raciais/étnicas. Os enfrentamentos da Nova Esquerda dos anos 1960 não se deram de maneira uniforme. Enquanto que nas capitais européias estudantes e os movimentos feministas lutaram contra o sistema por meio de manifestações e pressões de massa, na maior parte dos países latino-americanos a radicalização estudantil terminou por transformar-se em luta armada contra as ditaduras militares que se instauraram nessas mesmas décadas. A importância da denominação “libertação” é evidente nas siglas adotadas nos anos 1960, como o movimento de libertação das

²⁰ WALLENSTEIN, I. Que significa hoy ser um movimiento anti-sistémico. *Observatório Social de America Latina*, Buenos Aires, p. 179-184, jan. 2003.

mulheres, a ação nacional libertadora, a palavra de ordem de libertação sexual etc. Foram os anos em que uma propaganda de *jeans* dizia que Liberdade é uma Calça Azul e Desbotada. A proeminência desses jovens radicais os transformou em alvo privilegiado da repressão política. Nesses anos, ditaduras do mundo todo adotaram como uma de suas medidas iniciais invadir universidades, colocar na clandestinidade as centrais estudantis e prender professores e alunos. Isso quando não os massacrava, como aconteceu no México²¹ e na Indonésia.

No quadro das revoluções de libertação nacional, uma experiência em particular foi decisiva na conformação do contexto político e intelectual dos anos 1960: a revolução cubana de 1959, nossa contemporânea. Ao aderirem ao comunismo sem abrir mão do projeto revolucionário, os cubanos deixaram os velhos partidos comunistas numa enrascada. Jameson comenta que desde o início a experiência cubana se apresentou como *um novo modelo revolucionário, radicalmente distinto das formas tradicionais de prática revolucionária*.²² A teoria do “foco” associada a Guevara foi teorizada por Régis Debray no livro *Revolução na revolução*, que se transformou em literatura obrigatória da juventude revolucionária.²³

Em nosso país, a juventude de esquerda também desempenhou um papel importante na crítica ao imobilismo dos partidos comunistas oficiais.²⁴ Nos anos 1960, a falta de liberdade

²¹ Em julho de 2004, o ex-presidente Luis Echeverría (1970-1976) foi indiciado pela acusação de genocídio ao autorizar o assassinato de estudantes em protesto ocorrido em 10 de junho de 1971, na Cidade de México, Cf. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 jul. 2004. Caderno A, p. 11.

²² JAMESON, F. Periodizing the 60s. In: JAMESON, F.; STEPHANSON, A. (Ed.). *60's, Whithout Apology*. 3. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988. p. 178.

²³ DEBRAY, R. *Revolução na revolução*. Havana: Casa de las Américas, 1967.

²⁴ No Brasil, as correntes políticas de direita e esquerda desenvolveram-se no interior da universidade pública brasileira, importante formadora da elite intelectual e profissional, que constituiu um monopólio quase completo do ensino universitário até os anos 1970. Já a Universidade Católica detinha a hegemonia entre as privadas. A luta entre direita e esquerda sempre foi muito forte nas faculdades de direito, que constituiu uma espécie de escola formadora dos políticos paulistas e brasileiros. A esquerda, por sua vez, dividia-se grosso modo entre católicos e comunistas, que se enfrentavam especialmente na luta pela hegemonia das grandes centrais universitárias: as uniões estaduais e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

política nos países socialistas e outras degenerescências já eram rechaçadas por muitos jovens, homens e mulheres que aderiram à luta armada, precisamente egressos dos partidos de esquerda oficiais. A vitória das teses guevaristas no seio dos partidos comunistas tradicionais partiu de um compromisso político entre militantes comunistas e trotskistas e o movimento estudantil, que foi se radicalizando no decorrer dos anos.²⁵ Por outro lado, se observarmos a cronologia dos acontecimentos que levaram ao confronto armado, fica claro que a resistência política nos anos 1965 a 1968 deslocou-se principalmente para a esfera intelectual e artística. Em artigo que discute a introdução das obras de Lukács no Brasil, Celso Frederico argumenta que o fechamento da participação política institucional após o golpe de 64 tornou a esfera cultural um espaço de resistência à ditadura. Diz ele:

*A efervescência artística do pré-64, expressa no cinema novo, na bossa nova, nos Centros Populares de Cultura, desdobrou-se, após o golpe, num amplo movimento de resistência cultural contra os novos governantes, a censura e o chamado 'terrorismo cultural'. A contestação inicial do regime foi feita basicamente pela intelligentsia radicalizada, num momento dramático em que donos do poder não ousavam estender para as classes médias intelectualizadas. É este o contexto de onde surgirá um aguerrido movimento estudantil que, a partir de 1966, ocupou as ruas das principais cidades do país, desafiando a ditadura.*²⁶

É a importância desse *ethos* revolucionário que me aparece importante ressaltar. Daniel Aarão Reis, um dos especialistas brasileiros no tema, mostra os limites daqueles que analisam a participação dos jovens à luz da política *stricto sensu*, descuidando do ambiente cultural, dado que é necessário *articulá-la com as*

²⁵ A Ação Libertadora Nacional (ALN), que uniu os comunistas "históricos" Carlos Marighella e Joaquim Câmara Arruda com jovens universitários uspianos, é o melhor exemplo desse encontro entre militantes da "velha esquerda" e os egressos do movimento estudantil, além de muitos intelectuais e artistas.

²⁶ FREDERICO, C. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na Universidade. In: MORAES, J. Q. de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995. v. 2, p. 188.

*trajetórias pessoais. São várias as dimensões desse processo de elaboração ética coletiva e individual, combinada a uma prática política, levando à construção de um programa revolucionário que emerge como manifestação de uma identidade construída para além da dimensão política.*²⁷

OS PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR, SEGUNDO OS DADOS DO BRASIL: NUNCA MAIS (BNM)²⁸: A PREDOMINÂNCIA DA JUVENTUDE E A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A repressão policial-militar pós-golpe de 1964 iniciou-se pela prisão, perseguição e, em muitos casos, morte de dirigentes sindicais e de militantes comunistas. Chegaram à Justiça Militar cerca de 307 processos, a esmagadora maioria atingindo sindicalistas.²⁹ Os principais atingidos são os militantes sindicais e os militantes políticos (entre eles, militares). Temos aí os principais inimigos do novo regime. Os dados fornecidos pelo Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos enumeram 13 mortes políticas ocorridas no ano do golpe, entre as quais: Albertino José de Oliveira, presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, desapareceu após o golpe militar; Alfeu A. Machado, coronel aviador, foi fuzilado em 4 de abril de 1964; Astrogildo Pascoal Vianna, era dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e portuário de Manaus, foi torturado até a morte por agentes policiais no Rio de Janeiro, sendo que a *causa mortis* apontada foi “queda”. O mesmo destino teve Dilermano Mello de Nascimento (44 anos), preso que respondia a um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo Cel. Waldemar Turola, no prédio do Ministério da Justiça. A versão oficial justificava o fato

²⁷ REIS, D. A. Um passeio por quatro interpretações diferentes da euforia revolucionária dos anos 60. In: *Teoria e Debate*, n. 32, jul./ago./set. 1996.

²⁸ Os dados constam no relatório de pesquisa do projeto *Documentos e Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política: Brasil-1964/1982* (Processo CNPq n. 403579/2003-1), coordenado por Maria Lygia Quartim de Moraes.

²⁹ Ver especialmente os processos no Brasil: Nunca Mais n. 259, 261, 262, 283 e 286. (Coleção Brasil: Nunca Mais, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo.)

como suicídio. No entanto, o laudo pericial concluiu que ele foi obrigado a saltar, pois não havia elemento que comprovasse o suicídio. *Nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela, de onde saltou a vítima o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples.*³⁰ Assim, as vítimas desta primeira fase são dirigentes sindicais e militantes políticos, além de militares indesejáveis, que foram presos, mortos na tortura e/ou jogados na prisão.

A permanente perseguição aos militantes sindicais, às lideranças estudantis, aos intelectuais e aos ativistas da oposição em geral levou ao que se chamou de refluxo do movimento de massa nos anos seguintes ao golpe. Mas, em 1968, novas lideranças sindicais e a extrema politização do movimento estudantil tomaram as ruas, desafiando o regime. Marcelo Ridenti, ao analisar a esquerda armada nos meios intelectuais, comenta:

*Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (24,5% dos 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos entre 1966 e 1968.*³¹

O mesmo autor observa que cerca de 52% dos 2.645 acusados tinham menos de 25 anos de idade quando processados, sendo que, em algumas organizações, a presença de jovens entre 19 e 21 anos era muito grande. Isso em contraposição à composição etária dos processados do PCB em 1964 — militares de carreira, políticos conhecidos e sindicalistas com longos anos de atuação, pessoas já “estabelecidas”, com família. Esses números podem ser mais bem compreendidos se nos reportamos ao contexto de tais prisões e nas características das principais vítimas. Mas a dimensão histórica da presença dos jovens e das mulheres entre as vítimas

³⁰ ARAÚJO, M. do A. A. et al. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco: Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos: Instituto de Estudo da Violência do Estado: Grupo Tortura Nunca Mais, RJ e PE, 1995.

³¹ RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da UNESP: FAPESP, 1993. p. 115.

da ditadura militar só fica clara em vista do conjunto de circunstâncias que produziu o encontro dos ideais da nova esquerda européia com a politização da juventude universitária, por sua vez uma das dimensões da ampliação das classes médias no Brasil.

Do ponto de vista da história política do Brasil, trata-se da radicalização da classe média intelectualizada frente a um operariado atrelado a um sindicalismo dócil, ao qual somou-se a participação decisiva da juventude estudantil. Fenômeno esse que também se verificou no Uruguai e na Argentina. Por volta de 1968, o simples fato de alguém ser universitário já era considerado suspeito, especialmente se fosse aluno de ciências sociais, filosofia ou física.

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA: ASSUMINDO AS CONSEQÜÊNCIAS

Até 1968, não obstante a repressão, as manifestações de rua atraíam massas significativas, como a famosa passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. O clima começa a mudar radicalmente por ocasião do comício de Primeiro de Maio em São Paulo em que o governador Sodré foi atingido por uma pedrada e o palanque oficial destruído pelos manifestantes. Em julho, os estudantes da Universidade de São Paulo (USP) tomaram o prédio da rua Maria Antonia, desenvolvendo cursos de férias sobre textos de Debray e Guevara e exigindo a paridade da representação estudantil nas diversas instâncias das universidades públicas. No prédio da rua Maria Antonia localizava-se a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Numa rua próxima situava-se a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e, a duas quadras, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), ambas da USP. Essa área congregava o maior contingente de estudantes radicais e, dada sua proximidade com o centro da cidade, era o ponto de partida de passeatas e manifestações. O problema era que, em frente, ocupando uma área mais elevada, situava-se — e ainda permanece lá — a Universidade Mackenzie, conservadora e abrigando entre seus estudantes de direito muitos policiais. A invasão do prédio da USP na rua Maria Antonia, que terminou incendiado por provocadores da Universidade Mackenzie, com apoio da polícia,

foi o divisor de águas. No final do ano, a edição do Ato Institucional nº 5 fortaleceu ainda mais o dispositivo militar, amordaçando a imprensa e enquadrando as assembleias legislativas. Na década seguinte, o país viveria sob o regime do terror.

Foi quando uma parte significativa das lideranças estudantis passou a ser perseguida, muitos aderiram à luta armada, realizando ações de “expropriação” de bancos e roubo de armas tendo em vista a organização de focos guerrilheiros. A opção pela via armada implicou na aceitação da violência como forma de resistência e luta. Éramos leninistas, vale dizer, *assumíamos completamente as conseqüências de nossa escolha*³², conscientes dos riscos nela implicados. O modelo ético-político era o do heróico povo do Vietnã, por sua longa luta de resistência aos invasores franceses, depois norte-americanos. Entusiasmados pela importância assumida pelas passeatas e manifestações nas ruas dos anos de 1968, nada parecia impossível aos jovens engajados.

Num primeiro momento, tratava-se de acumular forças, materiais e humanas. Muitas tensões dividiam os militantes em torno dos objetivos e métodos de luta. As organizações eram compostas por intelectuais e ex-militares, entre homens da ciência e homens das armas. Para se ganhar respeito era necessário passar às armas, como fizeram muitos intelectuais. A hierarquia da luta armada decorria da meritocracia em termos de ações revolucionárias. Assim, o seqüestro do embaixador norte-americano em setembro de 1969 foi coordenado por Joaquim Câmara Ferreira sem qualquer consulta à Carlos Marighella, não obstante serem ambos da direção da Ação Libertadora Nacional (ALN).³³

Aos poucos, as coisas fugiram ao controle. A pressa “militarista” — ações espetaculares contra o aparelho repressivo — mexeu com a adrenalina política e estabeleceu-se uma espécie de “diálogo de machos” entre o general do II Exército que desafiava e os militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que respondem ao ataque fazendo explodir uma bomba no Quartel do Ibirapuera.

³² ZIZEK, S. *Amor sin piedad: hacia una politica de la verdad*. Madrid: Editorial Sintesis, 2001. p. 11.

³³ A este respeito, o melhor documentário realizado até hoje é o *Hercules 56*, de Silvio Da Rin, cuja pesquisa resultou na publicação de um livro de mesmo nome.

Evidentemente que toda e qualquer ação armada põe em risco seu autor e muitos morreram em combate, de armas nas mãos. Essa era uma das conseqüências possíveis e um risco assumido conscientemente. Também não se pode esquecer que, em alguns dos atos contra propriedades do exército ou consulados norte-americanos, transeuntes ficaram feridos e, o que é mais grave, houve ao menos um caso em que o assalto frustrado terminou com a morte de um vigia. Pouco a pouco, evidenciou-se o isolamento político e a falta de perspectivas da luta armada, criando um clima de desconfiança e paranóia entre os militantes, cujo tempo de vida clandestina foi ficando cada vez mais curto.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A militância política das mulheres na luta armada implicava em radical rompimento com o padrão da moça bem comportada, virgem, futura mãe de família. O moralismo dominante fazia que a sexualidade também fosse colocada em suspeição. Encontrar pílulas anticoncepcionais na bolsa de alguém tinha o valor de prova documental, como é fácil recuperar pelas primeiras páginas dos jornais que mostravam as provas da subversão entre os estudantes da USP que se alojavam no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). O pano de fundo da participação política das jovens estudantes reside na diversificação do capitalismo, na ampliação da presença feminina no mercado de trabalho e nas transformações dos valores e instituições. O acesso à instrução superior constituiu uma das vias preferenciais da emergência do ativismo político das jovens de classe média.

Esta é uma dimensão de “gênero” na questão do comportamento político e na relação com a própria experiência. O levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. Por que há tão poucos relatos de mulheres na primeira pessoa? O registro da experiência das mulheres deverá ser procurado, assim, nos inúmeros livros construídos a partir de depoimentos ou de

reconstrução histórica.³⁴ A transgressão feminina constitui uma dupla transgressão. A mulher que extrapolou seu universo doméstico e feminino para agir como homem recebe uma estigmatização adicional por desafiar o código de gênero de sua época, tal como sucedeu com as mulheres que participaram da resistência armada. Em Tiradentes, um presídio da ditadura, a ex-presa política Dulce Maia relata o seguinte:

*Tendo sido a primeira mulher seqüestrada com envolvimento direto em ações de luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente 'especial'. O primeiro, aquele mesmo tratamento que dispensavam a meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher, atrevimento duplo. Tanto na linguagem como nos maus tratos, os verdugos faziam questão de demonstrar seu ódio por mim.*³⁵

A partir dos dados coletados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, comprova-se a juventude dos principais presos, principalmente das mulheres. Quase 90 das acusadas de São Paulo tinham entre 20 e 29 anos, muitas eram estudantes de graduação ou pós-graduação, muitas da USP. A cronologia das mortes também é ilustrativa das diferenças de gênero no que concerne à

³⁴ O primeiro deles — *Memórias das mulheres do exílio* — foi organizado por quatro mulheres muito próximas ao tema do exílio, dentre as quais Albertina de Oliveira Costa, pós-graduanda da USP, presa e torturada pela equipe do famigerado delegado Fleury, Cf., COSTA, A. de O. et al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Outro livro pioneiro foi *Iara*: reportagem biográfica, escrito por Judith Patarra, Cf. PATARRA, J. L. *Iara*: reportagem biográfica. São Paulo: Relume Dumara, 1995. Nesse caso, a autora busca recuperar a biografia da jovem psicóloga Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca, morta ao ser presa na Bahia. Jovem, aluna da USP e personagem da rua Maria Antonia, Iara simboliza a mistura de romantismo, idealismo e inexperiência destes rapazes e moças que fizeram a opção radical da luta armada. Iara também foi homenageada pela professora de literatura da USP, Walnice Galvão, uma das primeiras homenagens públicas às guerrilheiras, Cf. GALVÃO, W. N. *A donzela-guerreira*: um estudo de gênero. São Paulo: SENAC, 1998.

³⁵ FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. *Tiradentes*: um presídio da ditadura. São Paulo: Scipione Cultural. 1997.

participação política da mulher: de 1964 a 1968, todos os mortos políticos são do sexo masculino; a primeira vítima mulher é uma jovem morta numa passeata, em 1968. A partir daí o movimento estudantil transformou-se em militância política e, com a opção pela via armada, aumentaram as prisões e os assassinatos. Foram 11 os mortos em 1968; 18 em 1969, entre eles, Carlos Marighella — ex-dirigente do PCB e líder da ALN. Em 1970, 22 militantes morrem, todos ligados à luta armada. Mas foi em 1971, com a intensificação da repressão e da política de extermínio dos grupos armados, que o número de mortos subiu para 34, entre os quais Iara Iavelberg, 27 anos, psicóloga e professora universitária — que militava no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), mas tinha pertencido anteriormente a VPR — e Mariele Villas-Boas Pinto, 22 anos, estudante de Psicologia e militante da ALN. Presa, ferida, foi torturada até a morte no Destacamento de Operações de Informações — Centro de Defesa Interna (DOI/CODI/RJ).

As duras condições da clandestinidade e o grande número de prisões fizeram com que as lideranças revolucionárias fossem cada vez mais jovens. Assim, Alex de Paula Xavier Pereira, chefe do Grupo Tático-Armado da ALN, foi fuzilado por policiais aos 21 anos, em janeiro de 1972. Seu irmão Iuri, dirigente da ALN, foi emboscado e morto aos 23 anos de idade, em agosto do mesmo ano. Em 1972, o registro das mortes alcança 38 casos. No ano seguinte, evidencia-se o desfecho da resistência armada com 28 casos arrolados pelo Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Todos militantes das organizações revolucionárias. As vítimas do sexo feminino foram: Anátalia de Souza Alves Melo, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), presa em Pernambuco, torturada e morta aos 28 anos de idade; Pauline Philippe Reichstul, 26 anos de idade, militante da VPR, também morreu em Pernambuco, sob tortura, nas mãos da equipe do facínora e delegado Sérgio Paranhos Fleury. Juntamente com Pauline Reichstul, foram assassinados mais 5 militantes, todos denunciados pelo agente infiltrado conhecido como “cabo Anselmo”.

Finalmente, o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos aponta cerca de 140 nomes de militantes políticos que foram “desaparecidos”, entre os quais 13 mulheres. Muitas militavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e foram mortas na Guerrilha do Araguaia, como Dinaelza Soares Santana Coqueiro, 25 anos de idade; Dinalva Oliveira Teixeira, 29 anos; Luiza Augusta Garllippe, 33 anos; Maria Célia Corrêa, 29 anos e sua cunhada

Telma Regina Cordeiro Correa, 27 anos; Jane Moroni Barroso, 26 anos; Maria Lucia Petit da Silva, 22 anos e Walkíria Afonso Costa, 27 anos. Outras pertenciam ao Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e foram mortas em Goiás, como Maria Augusta Thomaz, 26 anos de idade. Havia ainda ex-estudantes da USP, como a atriz Heleni Telles Ferreira Guariba, assassinada na “Casa da Morte” que a repressão mantinha em Petrópolis, em julho de 1971.

A EXPERIÊNCIA DO TERROR

Retomemos o tema da experiência traumática e do testemunho. Os relatos espontâneos sobre os campos de concentração são muito poucos, como vimos anteriormente. Muito do que sabemos foi obtido através de entrevistas e depoimentos. Também assinalamos o fato de que as mulheres – com a exceção de Germaine Tillion – são ainda mais reticentes em testemunhar. No filme autobiográfico *Que Bom Te Ver Viva*, a diretora Lucia Murat usa um personagem fictício, uma jovem que foi presa e torturada mas que quer levar adiante sua vida, amar e ser amada, esquecer o episódio, e evitar lembrar. Tal como apontou Semprun: era preciso viver antes de poder escrever, o testemunho prematuro equivaleria reviver o insuportável, o inominável.

É claro que o reprimido retorna. No Chile, na hora das dores do parto, uma das militantes brasileiras que tinham sido trocadas e banidas e fora torturada por meses, sofre um surto e entra em paranóia, acreditando-se de novo à mercê de seus torturadores. Outras, no exterior, têm a sensação permanente de estarem sendo perseguidas, de um risco eminente. Assim como frei Tito, a jovem Maria Auxiliadora Lara Barcelos não agüenta mais o sofrimento e atira-se nos trilhos do metrô em Berlim em julho de 1976.³⁶ As marcas psicológicas e físicas são para sempre.

³⁶ Seu amigo alemão, H. Dressel, faz um emocionante relato sobre a jovem, dizendo, entre outras coisas que: *Para a estatística e para a Polícia Civil, a morte de Dora foi um caso claro de suicídio; para o jornal Bild-Zeitung, até mesmo suicídio por crise amorosa. Na verdade, Maria Auxiliadora foi morta por aqueles que a haviam torturado de maneira horrível, sete anos antes, em prisões brasileiras. A enfermidade psíquica, em 1976, sem dúvida fora consequência das tormentas físicas e psíquicas que a então moça de 25 anos tivera de sofrer nos seus dois anos*

No que consiste, então, o denominador comum entre o campo de concentração e os porões e quartéis das ditaduras militares? Não seria a completa e total dependência de um poder sádico e totalitário, de se estar à mercê de psicopatas acima das leis e das normas? De psicopatas que, mesmo quando já obtiveram todas as informações, torturam pelo prazer da tortura, porque há aí um gozo perverso, um *surplus* em quebrar a dignidade, em destruir subjetivamente essa jovem que, em outras situações, seria absolutamente inacessível?

Nas condições do terrorismo de Estado, quando o objetivo é obter a paz dos cemitérios, o medo é um ingrediente poderoso. A partir dos anos 1969 o Brasil tornou-se um país dominado pelo medo, pelo sentimento de insegurança. O mesmo aconteceu com o Uruguai, o Chile e a Argentina. Nesses países, o regime carcerário prolongou por anos os sofrimentos e as violências cometidas pelos agentes policiais contra os prisioneiros políticos. Uma abundante literatura testemunha a respeito.

A questão é que tudo isso ocorre agora, nas delegacias e prisões de várias partes do mundo, com presos comuns e presos políticos. Os pessimistas, como Slavoj Žižek, até prevêem que a tecnologia poderá possibilitar a tortura e a dor infinitas. Segundo ele, a biogenética e a realidade virtual combinadas abrem novos horizontes, no sentido de aumentar nossa capacidade de suportar a dor e também de novas formas de infringir a dor. Assim sendo, ele se pergunta se não estamos prestes a ver realizada *a imagem sádica por excelência de uma vítima de tortura 'não-morta' que pode suportar uma dor interminável sem ter à sua disposição a possibilidade de fuga pela morte?*³⁷

prisão, martírio que a levou até o limite da loucura e mais além. Muitos já haviam morrido sob a tortura, outros morriam em sua consequência e nas prisões. Maria Auxiliadora pereceu sete anos depois, pelas desumanidades nela exercidas. Ver: DRESSEL, H. In Memórias Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Nuremberg, ago. 1999. Disponível em: <http://movebr.wikidot.com/bio:barcelosmal:menschen>. Acesso em: 15 maio 2007.

³⁷ ŽIZEK, 2001, p. 179.

A DIFERENÇA ESSENCIAL

Neste ano de 2008, em que se comemora em todo o mundo a revolução de 1968, é importante retomar a questão inicial, concernente à questão da violência e à diferença abissal entre os militantes da esquerda armada e os funcionários do estado terrorista. Em *Arriscar o impossível*, Zizek³⁸ observa que a tese da banalidade do mal de Hanna Arendt deixa de lado uma dimensão fundamental do funcionário-torturador, concernente à *tensão entre a lei e seu fundo obscuro*. Eichmann e congêneres não eram simples funcionários no cumprimento de seu dever, mas funcionários de um modo perverso.

Desta maneira, é preciso enfatizar esse ponto, a odienta prática da tortura foi sempre um monopólio do terrorismo de Estado. Nada justifica a tortura. Essa é uma posição de princípio. Em torno dessa questão podemos realmente dividir entre os que respeitam e os que violentam os direitos humanos, entre esquerda e direita. Daí que, até hoje, os torturadores querem permanecer clandestinos, apesar de até hoje nem sequer se dizerem arrependidos. No período da ditadura muitos deles se jactavam de seus atos, como a famosa entrevista do mais conhecido torturador do Brasil, o delegado Sergio Paranhos Fleury na revista *Realidade*³⁹ em 1971, dando notas aos torturados por seu grau de resistência. Alguns anos depois, quando denunciados, como no caso de David Araújo, o famigerado capitão Lisboa do DOI-CODI, ridicularizavam a denunciante afirmando *não torturar mulher feia*⁴⁰.

Atualmente, por iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que julga os casos de reparação econômica para os perseguidos políticos, o governo brasileiro discutirá oficialmente a possibilidade de punição civil e penal para militares que torturaram e mataram os opositores do regime. O tema será assunto do seminário Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos

³⁸ SLAVOJ, Z.; GLYN, D. *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. São Paulo: M. Fontes, 2006. p. 158.

³⁹ FLEURY, o matador. *Realidade*, São Paulo, n. 61, p. 35-45, abr. 1971.

⁴⁰ NASCIMENTO, Gilberto. Caça aos torturadores. *CartaCapital*, [S.l.], ano 15, n. 504, p. 13, jul. 2008.

Humanos Durante Estado de Exceção no Brasil, que ocorreu no dia 31 de julho de 2008, no Ministério da Justiça. Cumpre-se assim uma das mais importantes tarefas do Estado democrático que sucede ao Estado terrorista: ademais de apurar as violências cometidas e reparar, na medida do possível, as vítimas das arbitrariedades, é fundamental punir os que torturaram e mataram.

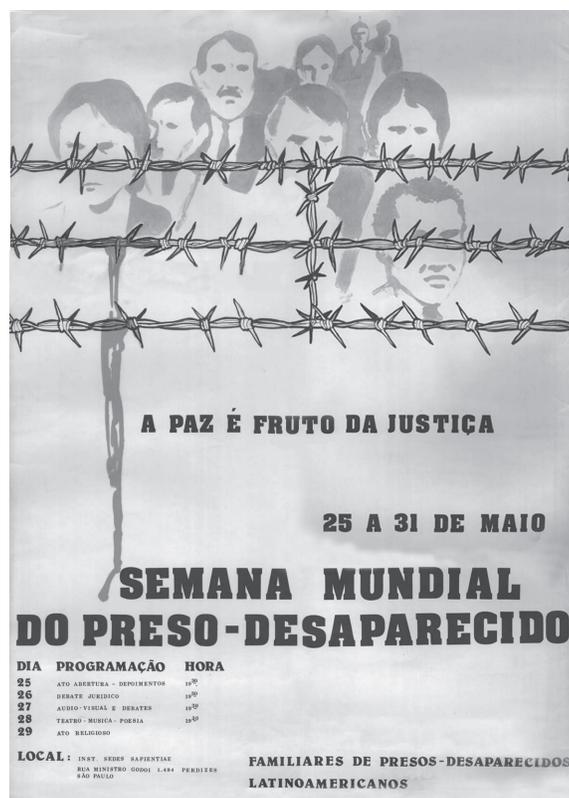
HUMAN RIGHTS AND TERRORISM OF STATE: THE BRAZILIAN EXPERIENCE

ABSTRACT

Analyzing some dimensions of the armed struggle, the article makes the distinction between the legitimate violence of the political resistance from the terrorism of State. In this direction, the data came from of the archive Collection Brasil: Nunca Mais. The youth of militants and the cruelty of dictatorship political repression are some of the emphasized dimensions. The use of torture and the certainty of impunity constitute the essential difference between militants of the armed struggle and the clandestine repressive apparatus, bastion of the terrorism of State.

KEYWORDS

Human rights. Armed struggle. Terrorism of State. Brazilian military dictatorship.



Evento realizado no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, pelos familiares de presos-desaparecidos latino-americanos.

FAMILIARES DE PRESOS-DESAPARECIDOS LATINO-AMERICANOS. Semana mundial do preso-desaparecido: a paz é fruto da justiça. São Paulo, [197-?]. Cartaz, impres., 42 cm x 62,5 cm. (Fundo Luiz Carlos Prestes, cartaz n. 23, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo.)